

PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: O acampamento Apyka'y em Dourados–MS, Brasil

Ana Paula Archanjo Batarce¹
Márcia Yukari Mizusaki²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os processos de des-re-territorialização vivenciados por uma família extensa Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, nos movimentos de retomada e perda de suas terras tradicionais, seu *tekohá*. O nosso enfoque será no acampamento Apyka'y localizado na BR 463 que liga Dourados a Ponta Porã. Abordaremos como metodologia de pesquisa, o que se chama de combinação metodológica, ou seja, o uso de metodologias diversificadas de análise, com o intuito de aprofundar o conhecimento. Utilizaremos a pesquisa documental, a pesquisa empírica, tradução de entrevistas do idioma Guarani para o Português, utilização de imagens que identifiquem o processo de des-re-territorialização. A partir da memória coletiva da família que vive no Apyka'y, e especificamente da liderança, iremos analisar a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional.

Palavras-chave: Território, Des-re-territorialização, Kaiowá, Apyka'y.

Introdução

Em pleno século XXI, grande parte da população brasileira ignora a presença da diversidade dos povos indígenas que vivem no país. Estima-se que no século XVI, com a chegada dos europeus, existiam 1000 povos indígenas somando entre dois e quatro milhões de pessoas. Na atualidade, segundo dados antropológicos (AGUILERA URQUIZA, 2016; CUNHA, 2009) e o censo de IBGE (2010), existem o total de 305 etnias, falantes de 274 línguas e dialetos distintos, distribuídos em 80% dos municípios brasileiros. O censo utilizou como metodologia a autoidentificação dos sujeitos para definir “quem é índio e quem não é”.

Segundo o censo do IBGE (2010), a população indígena é de 896,9 mil pessoas, esse valor perfaz 0,47% da população total brasileira. Os Estados que se destacam são: o Amazonas, com 168.680 (mil) e o Mato Grosso do sul, com 77.025 (mil). Desse total, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na área rural. Importante ressaltar que a população rural se refere em sua maioria, à população indígena que vive em Reservas e/ou Terras Indígenas, e que neste conjunto total, não estão contabilizados povos indígenas brasileiros considerados “índios isolados”, nem os indígenas que estão em processo de reafirmação

¹ Professora de Geografia. E-mail: aparchanjo@gmail.com

² Professora dos Cursos de graduação e pós –graduação em Geografia da UFGD. E-mail: marciamizusaki@ufgd.edu.br

étnica após anos de dominação e repressão cultural e, conseqüentemente, ainda não estão se autodeclarando como tal (IBGE, 2010).

Do total de 77.025, no estado do Mato Grosso do Sul, estão territorializadas em Reservas e Terras Indígenas 61.158 pessoas e fora delas 15.867. As etnias Guarani e Kaiowá, representam 56,3% da população indígena no estado, ou seja, 43.401 pessoas. Além dessas etnias predominantes também existem outras como: Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Chamacoco, Kadiwéu e Atikum (MOTA, 2015).

A perda territorial para os Guarani e Kaiowá, que denominamos aqui de desterritorialização (HAESBAERT, 2007) tem implicações profundas, pois sem o *tekohá* (*teko* – modo de ser e *há* - lugar) - lugar onde realiza o seu modo de ser – compromete-se a existência desse povo, com modos de ser e de existir bastante distintos da sociedade capitalista envolvente. Dessa forma, o *Tekohá* não está unicamente ligado à terra, pois ele estabelece relação com a estrutura social e política desses povos (AGUILERA URQUIZA E NASCIMENTO, 2013). Por isso, as retomadas significam o retorno ao território tradicional.

Desse modo, compreendemos que essa disputa é territorial. O território é analisado a partir de Haesbaert (2001, p. 118) que integra as três vertentes básicas presentes na concepção: a jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder; o cultural, que prioriza a dimensão simbólica-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; econômico, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Nesse sentido, a história nos evidencia como as relações de poder exercidas por diferentes sujeitos sociais, delimitam e produzem territórios, cujo espaço, já estava ocupado por outros grupos humanos a partir de territorialidades distintas da lógica capitalista. Haesbaert (2004, p.127) denomina de processos de desterritorialização/reterritorialização. Entendemos desterritorialização como o processo de perda do território, a reterritorialização como “movimento de construção do território” (ibidem). Para este autor não existe o processo de desterritorialização sem acontecer o processo de reterritorialização, por isso, des-re-territorialização.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os processos de des-re-territorialização vivenciados por uma família extensa Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, nos

movimentos de retomada e perda de suas terras tradicionais, seu *tekohá*. Como Pereira (2007, p. 5), compreendemos que esses movimentos de retomada constituem-se em “... *estratégias de sobrevivência física e de reprodução de formas de expressão cultural*” dos povos indígenas. O nosso enfoque será no acampamento Apika’y localizado na BR 463 que liga Dourados a Ponta Porã.

Abordaremos como metodologia de pesquisa, o que se chama de combinação metodológica (WINCHESTER AND ROFE, 2010), ou seja, o uso de metodologias diversificadas de análise, com o intuito de aprofundar o conhecimento. Utilizaremos a pesquisa documental, a pesquisa empírica, confecção de mapa da área, tradução de entrevistas do idioma Guarani para o Português, utilização de imagens que identifiquem o processo de des-re-territorialização.

A partir da memória coletiva da família que vive no Apika’y, e especificamente da liderança, analisamos a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional.

A combinação metodológica

A busca por conhecer nossa temática de pesquisa, de “apoderar-se da matéria” (NETTO, 2009, p. 6), possibilita definir as técnicas ou os instrumentos de análise que auxiliarão nas possíveis respostas aos questionamentos (perguntas científicas) do trabalho. Para isso, existe um acervo de técnicas que podem ser utilizadas, como a pesquisa bibliográfica e documental, análise textual, observação sistemática e participante, entrevistas e instrumentos quantitativos, entre outras.

A associação dessas técnicas auxiliam no desvendamento das respostas que buscamos. Dessa maneira, procuramos nesse artigo revelar parte do processo de des-re-territorialização das famílias Kaiowá do acampamento Apika’y. Para tanto, utilizamos nessa análise a chamada “combinação metodológica”, (WINCHESTER AND ROFE, 2010), proposta que se baseia no uso de metodologias diversificadas de análise e que tem como alvo aprofundar o conhecimento. Assim, as diferentes formas de coleta de dados e análise, apresentadas nesse trabalho, buscaram a compreensão da realidade social dessas famílias indígenas em situação de acampamento e vulnerabilidade social, em processo de des-re-territorialização.

Utilizamos como técnica de pesquisa: o levantamento documental e bibliográfico, baseado nos trabalhos de Pereira (2007), Bastos (2014), Mota (2015), Crespe (2009,

2015), das obras de Rogério Haesbaert e de reportagens locais; realizamos entrevista semi estruturada com a liderança do grupo indígena do acampamento “Apika’y”; aplicamos questionários aos membros pertencentes à família extensa e que vivem nesse “Tekohá” e realizamos levantamento de imagens (fotografias) retiradas por terceiros, além dos nossos próprios registros fotográficos.

No levantamento documental e bibliográfico, identificamos pesquisas realizadas sobre esse acampamento, que abordavam o processo de retomada do “Tekohá”, ou seja, retomada do território tradicional. Na dissertação de Crespe (2009) encontramos um trabalho de etno-história, onde aborda os procesos de retomada e formação dos acampamentos indígenas, especialmente no município de Dourados. É importante referência para a compreensão do movimento dos Guarani e Kaiowá de retomada de suas terras tradicionais. Em sua tese (Crespe, 2015) trata do impacto do processo de colonização sobre os Guarani e Kaiowá, abordando também o acampamento *Apika’y*. Bastos (2014) também trata do *Apika’y*, ao abordar as disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra.

Nosso recorte temporal é o período de 2013 a 2017, pois o período anterior já foi abordado pelas autoras supra e também, por representar o último período em que essas pessoas foram des-re-territorializadas, ação que culminou na efetivação de despejo realizada em Julho de 2016. Com a definição do recorte temporal, procuramos informações referentes a esse período nos jornais locais.

Em seguida, partimos para a realização da pesquisa empírica propriamente dita. Decidimos que para analisar o processo de des-re-territorialização ocorrido no período proposto, era necessário realizar o trabalho campo com o objetivo de entrevistarmos a liderança do acampamento; assim como, o levantamento quantitativo demográfico das famílias que vivem nesse *Tekohá* e os registros fotográficos fundamentais para compreensão do processo.

A entrevista se realizou em formato não estruturado, cuja liderança, uma senhora de 78 anos, dona Damiana, nos contou como tem sido a sua vida nesse território de retomada, enfatizando o processo de des-re-territorialização ocorrido no dia 06 de Julho de 2016 (despejo), dia marcado pela ação do cumprimento do mandado de reintegração de posse da área que estava sendo ocupada pelas famílias indígenas, no interior da Fazenda Serrana.

Importante salientar que contamos com a presença de uma mulher indígena bilíngue na realização da entrevista, ou seja, uma mulher falante do Guarani e falante do

Português, porque a questão linguística representava uma barreira na apreensão do processo como um todo, pelo fato de a liderança, de idade avançada, possuir certa dificuldade com a língua portuguesa. Por isso consideramos a importância de entender o outro a partir do seu modo de vida, da sua cultura e da sua língua Guarani. Dessa maneira, utilizamos a “*Něe*”, a oralidade a partir da memória coletiva da família que vive no *Apika’y*, e especificamente da liderança, para podermos analisar a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional. Utilizamos como instrumento da coleta dos dados, filmagem e registros fotográficos em câmara fotográfica, gravação de voz em celular e anotações em caderno de campo.

Em relação à obtenção dos dados de caracterização demográfica, elaboramos previamente um pequeno questionário com perguntas fechadas referentes à idade, gênero, etnia e escolaridade. A aplicação dos questionários se realizou conjuntamente com a entrevista, pois sabíamos previamente que seriam poucas pessoas e que teríamos tempo hábil para realização dessas duas modalidades de pesquisa.

As fotografias utilizadas no decorrer da discussão são provenientes de várias fontes e de diferentes momentos. As fotografias de MacIlwaine são resultado do trabalho de campo ao acampamento *Apika’y*, um dia após a destruição de todos os barracos pelo incêndio que ocorreu no dia 23/08/2013. Os registros fotográficos das autoras representam tanto momentos anteriores quanto momentos posteriores à ocorrência do despejo. Os registros fotográficos de Emerson Guerra evidenciam o momento exato da ação do despejo, ocorrido no dia 06 de julho de 2016. Também utilizamos os nossos registros fotográficos. Os diferentes momentos registrados por pessoas diversas nos evidenciam a dinâmica do processo de des-re-territorialização,

Salientamos ainda, que o registro fotográfico é um instrumento que ampara a pesquisa, possibilitando a leitura de um determinado lugar e de um determinado momento histórico. A fotografia nos permite visualizar uma série de eventos sociais, políticos, culturais e econômicos. Por outro lado, as fotografias também revelam os locais e suas funcionalidades, além de estabelecer um diálogo entre o mundo conceitual e o mundo vivido das pessoas, o cotidiano, elas expressam a contradição da alegria e do sofrimento.

A possibilidade de utilizar diferentes técnicas de pesquisa para coleta de dados possibilitou explorar mais a fundo o processo de des-re-territorialização.

Apika'y – faces da perversidade na dinâmica do território

O acampamento *Apika'y* localiza-se, em 2017, na BR 463, no km 6, na margem direita da rodovia sentido Ponta Porã (figura 1).



Figura 1 – Localização do acampamento Apika'y na BR 463 – Km 6
 Fonte: Crespe, 2015

O questionário realizado com as pessoas do acampamento permitiu evidenciarmos algumas características demográficas dessa família extensa que luta por esse *tekoha*. Observamos que é comum entre os Guarani e Kaiowá a sua autoidentificação étnica, sendo comum o autorreconhecimento em ser ou não Kaiowá 'puro', que era o caso de todos os membros dessa família extensa.

Atualmente o acampamento é composto pelos seguintes membros. Dona Damiana, de 78 anos, que tem como primeira língua o Guarani, e segunda língua o português, porém não sabe ler e escrever nem o Guarani e nem o português. Ela diz entender o português mais ou menos e é a liderança desse grupo. Sandriel, de 11 anos, seu neto, vive com ela. Tem como primeira língua o Guarani e segunda língua o português. Não escreve Guarani e agora que esta frequentando a escola Franklin Luiz Azambuja, no primeiro ano do ensino fundamental, esta aprendendo a ler e escrever o português. Nivaldo Carlos Souza, filho de dona Damiana, de 42 anos, tem como primeira língua o Guarani e segunda língua o português. Também não sabe ler e escrever nem o Guarani e nem o português. Ele diz entender mais ou menos o português. Não frequentou a escola. Delcia Lopes, esposa do Nivaldo, de 24 anos, tem como primeira língua o Guarani, fala bem o

Guarani e escreve o Guarani, entende pouco e escreve pouco o português. Ela frequentou a escola até o ensino médio. As crianças, filhas(o) de Nivaldo e Delcia, Sandrieli, Jackson e Vaniele, com 7 anos, 5 anos e 2 anos respectivamente. Apenas Sandrieli está frequentando a mesma escola do seu primo Sandriel. Eles vão para escola de ônibus escolar. Roberto Lopes e Creuza Lopes são os pais de Delcia, ambos com aproximadamente 49 anos, falam bem Guarani, entendem pouco e falam pouco o português.

Já por essas poucas informações iniciais, é possível verificarmos a importância da cultura guarani para essa família extensa, inclusive os jovens, pois relataram que a língua principal entre eles é o guarani. Sendo a língua um importante instrumento de comunicação social e sendo sua cultura marcada pela oralidade, demonstram que entendem pouco a língua colonial.

Segundo estudos de Crespe (2009), o tekohá liderado por Damiana Cavanha pertencia a um antigo *tekoha guasu*³ denominado Lima Campo. Conforme estudo realizado pela autora quando de sua dissertação de mestrado, a primeira tentativa de retomada do seu antigo tekohá teria ocorrido por volta de 1990, mas teriam sido impedidos pelo proprietário. Desde essa primeira tentativa, muitos dispersaram, mas a família de dona Damiana vem lutando pela retomada, mudando-se de lugar para outro, sempre nas proximidades do antigo *tekohá*, conforme vão sofrendo as ações de despejo. A autora destaca que o lugar por eles escolhido para acampamento não é um lugar qualquer, mas sim, um lugar onde há pessoas do grupo que possuem parentes que viveram no lugar.

A origem dessas famílias é relatada pela autora:

Parte dos índios acampados afirma ser proveniente de um tekoha denominado Jukery, que viveram até por volta do final da década de 1980. A partir disto, devido aos conflitos que passam a ter com o proprietário da fazenda que se instala no tekoha, as parentelas se dispersaram na região entre Ponta Porã, Dourados, Laguna Carapã e Caarapó, principalmente em reservas e fazendas. A data aproximada da saída da família de Damiana do antigo tekoha é no final da década de 1980, presumida em uma conversa que tive com Sandra, filha de Damiana, em dezembro de 2007. Na ocasião ela afirmou que não se lembrava da vida no antigo tekoha. Isto porque, segundo ela, quando eles foram expulsos da área, ainda era muito pequena. Segundo a mãe, que se fazia presente na conversa, Sandra ainda era um bebê de aproximadamente um ano. Assim, ao perguntar com quantos anos estava na atualidade, responderam que estava com dezenove, idade que aparentava mesmo ter. A partir de tais dados estabeleci a hipótese de que a saída deles do Jukery se deu no final de 1980, dado compatível

³ Segundo Crespe (2009, p. 49) "... o *tekoha guasu* seria um extenso território formado por alguns *tekoha* que mantêm entre si relações comunitárias estabelecidas por laços de parentesco ou alianças políticas" .

com as informações que fui coletando sobre o grupo em depoimentos e documentos. (CRESPE, 2009, p. 48)

Para compreendermos o início desse processo de retomada, dona Damiana também nos relata:

P. Quem foi a liderança que começou o processo de retomada?

Damina - Minério Cavanho que comandava, que orientava os indígenas pra que elas possam lutar, pra não desistir. Vai orientando, vai falando sobre a importância e também em relação a cultura. Esse Minério Cavanho que era o principal que orientava. Era o meu pai. (entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Por meio de suas memórias, dona Damiana, foi narrando também, as dificuldades enfrentadas nesse processo de retomada do território tradicional:

Simplesmente eu não conheço as pessoas que tavam aqui já. Eu queria falar que no começo a gente tava em cem famílias procurando o território pra gente. E desses cem sobraram só nós lutando, porque muitos indígenas desistiram por medo, voltaram em aldeia que já ta fixamente como Amambai, Paranhos, aqui de Dourados Bororó, muitos desistiram e foram pra lá procurando condições de vida pra morar e ter o próprio canto, mas dessas cem famílias o que sobraram foram eu e os meus filhos, continuando lutando, porque sabemos que tem o cemitério que é nosso direito de morar e de tirar o nosso próprio local pra morar. Eles estavam, cada um vieram de outras aldeias e souberam que iam ser despejados, que o pessoal vinha sem dó pra retirar. Então eles ficaram com medo e a maioria foram abandonando seu local, muitos vieram de Amambai, daqui de Dourados mesmo, de Paranhos e de Tacurú. Aí formaram essas cem famílias. Daí quando souberam que iam ser despejados novamente, foram abandonando de novo o local. (entrevista realizada por BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Ao buscarmos a compreensão dos processos de retomada da família de dona Damiana, verifica-se que a trajetória é marcada por momentos de conflito, violência e tensão com proprietários de terra, que vem acompanhados por vezes de ações de despejo e mortes. Dona Damiana nos relata que desde o início do processo de retomada, já ocorreu a morte de seis membros de sua família, na maioria, vítimas de atropelamento e uma por envenenamento. Crespe (2015) nos dá maiores detalhes sobre o ocorrido: Ilário Caires de Souza, 50 anos, seu esposo, morto por atropelamento; Alzira Melita, 90 anos, por envenenamento; Sidnei Caires de Souza, 35 anos, filho, morto atropelado por um ônibus que transportava trabalhadores da usina de cana; Vagner Freitas, 16 anos, atropelado na BR 463; Gabriel Lopes, 4 anos, neto de dona Damiana, atropelado; Reginaldo Caires de Souza, 24 anos, neto de dona Damiana, morto por atropelamento.

Dona Damiana relata também ameaças sofridas por empresa de segurança que prestava serviços à usina São Fernando, situação que também foi identificada por Bastos

(2014). A empresa referida é a GASPEM Segurança Ltda, que inclusive em 2013, sofreu ação judicial do Ministério Público Federal para cancelamento do seu registro, após denúncia do Conselho dos Guarani e Kaiowá, denominado *Aty Guasu*, de que a Gaspen teria ameaçado a comunidade do *Apika'y* (MPF, 29/08/2013). Em 2015, o juiz federal substituto Fábio Kaiut Nunes, da 1ª vara de Justiça Federal em Dourados-MS, negou o pedido de indenização por danos morais coletivos ao proprietário da empresa e ainda, o arquivamento da ação e que o pagamento dos honorários advocatícios fossem pagos pelo MPF, no valor de R\$ 3.000,00 (MPF, 09/06/2015).

Atualmente, no levantamento demográfico que realizamos (setembro de 2017) restam nove pessoas nesse acampamento de retomada, cinco adultos e quatro crianças. O nosso recorte temporal começa em 2013, quando a família ocupa parte de uma área que reconhecem como sendo território tradicional, após grande incêndio (fotografia 1) que ocorreu no dia 23 de Agosto de 2013. Segundo Crespe (2015) esse incêndio destruiu o acampamento em que moravam, o que os teria motivado a ocupar essa terra tradicional.

Dessa maneira, foram reconstruir seus barracos de lona e madeira do lado oposto da rodovia ao qual se encontravam, ocupando uma área para dentro da cerca, dentro da propriedade privada, da fazenda Serrana. Esse latifúndio reivindicado está arrendado para a usina São Fernando, de propriedade de José Carlos Bumlai.



Fotografia 1 – Incêndio que atingiu o acampamento Apika'y - 2013
Fonte: Macilwaine, 2013

Nas fotografias 2 e 3, é possível perceber a distribuição espacial do acampamento, a plantação de cana ao seu redor e uma pequena porção da mata ciliar que recobre o córrego “Curral de Arame” e o acampamento Apika’y.

Por meio de um conjunto de imagens, buscamos ilustrar alguns fatos recentes desse processo de retomada feitos a partir de fotografias que foram retiradas pelas próprias pesquisadoras ao longo do processo em que acompanhamos a família da dona Damiana e também por imagens cedidas por Emerson Guerra, pesquisador da UFRRJ, que no momento do despejo também se encontrava no local, em uma atividade de campo, além de outros levantamentos realizados. Apesar de tratarem-se de imagens, é possível termos também certa compreensão da situação de barbárie e dos momentos de tensão vividos por essa família extensa.

Na fotografia 2, temos uma vista parcial do acampamento, situada entre uma área de mata e a plantação de cana-de-açúcar. Na cerca, temos faixas, com manifestações de apoio ao processo de demarcação e contra a ação de despejo da família.



**Fotografia 2 –Acampamento Apika’y ao fundo
 entre área de mata e plantação de cana-de-açúcar
 Fonte: Mizusaki, 2014.**

À medida em que a situação da família de Damiana ia sendo publicizada, crescia o apoio da sociedade civil organizada - ação facilitada pela proximidade com a cidade de Dourados - que a cada ameaça de despejo, deslocava-se ao local, prestando apoio e solidariedade à causa.



. **Fotografia 3 – Apika’y – Reunião em uma das ameaças de despejo 04/06/2014**
Fonte: Mizusaki, 2014.

Na fotografia 4, registramos um momento tenso ocorrido no acampamento, um incêndio na plantação de cana-de-açúcar, cujo fogo já estava próximo aos barracos e dona Damiana, muito tensa e preocupada. Na ocasião, após várias tentativas, conseguimos acionar o corpo de bombeiros, que deslocou-se ao local e conseguiu controlar o fogo.



Fotografia 4 - Fogo em plantação de cana-de-açúcar se aproximando dos barracos de lona
Fonte: Mizusaki, 2016

As fotografias 5 a 9 são imagens que representam a ação do Estado no último despejo sofrido pela família da dona Damiana, ocorrido em 6 de julho de 2016. São imagens que também ficarão marcadas para sempre na nossa memória. Todo esse aparato

policial foi deslocado para despejar cinco adultos e quatro crianças, debaixo de chuva. A família foi pega de surpresa, não estavam esperando tal ação e tiveram seus barracos destruídos com um trator de esteira e os seus pertences, jogados às margens do outro lado da rodovia.



Fotografia 5 - Ação policial no despejo da família de dona Damiana, em 06/07/2016.

Fonte: Guerra, 2016

Na fotografia 6 podemos observar a presença de outras lideranças indígenas, que acompanhavam atentamente o despejo. Apoio e solidariedade entre os Guarani e Kaiowá



Fotografia 6 – Ação policial de despejo da família extensa de dona Damiana. Outras lideranças indígenas acompanham atentamente a ação
Fonte: Guerra, 2016



Fotografia 7 – Vista parcial da ação dos policiais no despejo da família extensa de dona Damiana
Fonte: Guerra, 2016

A decisão da ação de despejo, foi dada a favor do proprietário da fazenda Serrana, Cássio Guilherme Bonilha Tecchio. Foi estabelecido um prazo de cinco dias para o cumprimento da ordem judicial, e o despejo foi realizado de forma forçada sem o

fornecimento de alternativas de reassentamento para essas famílias que se encontravam no *Apika'y*. Para obtermos mais detalhes sobre o processo de despejo, Dona Damiana, nos conta como ocorreu:

Lá eles pegaram de surpresa, ninguém avisou nada, ninguém sabia, nem o pessoal da FUNAI sabia, nem o procurador. E quando eles souberam a gente já tava aqui. Ninguém soube de nada, entraram cedo, pegaram todos nós de surpresa. Sessenta policial vieram pra nos retirar. Perdemos tudo, a nossa casa, animais, galinha, porco. Vinte e cinco galinhas, três porcos. O que ficaram lá eles pegaram e não recuperamos nada. Eu tinha quarenta e oito eternit, pegaram, amassaram, passaram com o trator em cima. No dia que vieram, os policiais pegaram e levaram as minhas coisas, levaram móvel, o que eu tinha, deixou lá na FUNAI e da FUNAI, ligou o pessoal de lá falando assim porque que eu mandei as minhas coisas lá? Eu tinha que pegar de volta, aí eu falei assim que não era eu que mandei as minhas coisas na Funai e o pessoal da FUNAI mandou trazer de novo as minhas coisas que o policial levou de mim. (dona Damiana. Entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Foram nessas condições que dona Damiana e sua família sofreu o despejo ocorrido em julho de 2016. Sem esperar, perderam tudo o que tinham plantado, seus animais de criação, seus barracos, destruídos pelo trator de esteira (foto 8). Em poucas horas, cinco adultos e quatro crianças estavam abandonadas na beira da estrada, sem ter o que comer e nem onde morar. Na foto 9, registra-se esse momento de despejo dos pertences. Foi uma das cenas mais tristes que já pudemos observar ao longo dessa nossa trajetória.



Fotografia 8 - Trator de esteira destruindo os barracos de lona
Fonte: Guerra, 2016



Fotografia 9 - Pertences de dona Damiana e família sendo despejados do outro lado da rodovia
Fonte: Guerra, 2016

Atualmente, o local onde o grupo de dona Damiana acampava, foi ocupado, com a construção que aparenta ser a casa de um vigia (fotografia 10).



Fotografia 10 – Vista parcial do local onde a família extensa ocupava e lutava pela retomada
Fonte: Batarce, 2017

Já nas fotos 11 e 12, ilustramos as casas de madeira onde vivem atualmente dona Damiana e sua família extensa. Após o despejo houve uma campanha de membros de sociedade civil organizada para a construção de uma casa de madeira coberta com sapé para a dona Damiana, que mora com seu neto Sandriel, e outra casa para seu filho Nivaldo, casado com Delcia que tem três filhos: Sandrieli, Jackson e Vanieli. Os pais de Delcia, Creuza e Roberto, também vivem com eles.



Fotografia 11 – À frente, casa de dona Damiana e ao fundo, casa do Nivaldo
Fonte: Batarce, 2017



Fotografia 12 – Vista parcial das casas do acampamento Apika' y
Fonte: Batarce, 2017

Quando fomos realizar a entrevista com dona Damiana, ela se encontrava preocupada, relatando que queriam removê-la para Bodoquena-MS:

O Tiago falou que vai vir as três horas, ele falou já tirou você de lá, porque vai levar para Bodoquena? Vai levar todo mundo, o índio [...] o sem terra não sei aonde que vai colocar [...].
É conseguimos lá na Bodoquena terra [...].
Mandei mensagem para o Elói.
Me tirar daqui, não lá para Bodoquena eu não vou não.
Vamo entrar lá, agora não vou saber não, é para morrer memo [...].
Eu não vou sair daqui não, eu não vou ficar longe do meu pai [...]
(DAMIANA, entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017)

Com essa fala que dona Damiana nos recebeu em sua casa no acampamento *Apika'y* no dia 03 de setembro de 2017. Ela se apresentava apreensiva com a possibilidade de mais uma remoção forçada. Nas margens da rodovia BR 463, na altura do quilômetro 6, essa família extensa, atualmente com nove integrantes, vive constantemente todos os tipos de medo, o da violência física, psicológica, emocional, ambiental, vive a fome, a falta de água, vive a exclusão social, a expropriação do seu território tradicional.

Finalizamos esse trabalho com as palavras de dona Damiana, cuja mensagem final é de luta, resistência, pedido de apoio e esperança para conquistar o *tekohá*:

A minha última palavra agora é que eu continuo lutando, que nem meu marido lutô, que ele foi morto, eu to no mesmo caminho lutando e a minha última palavra eu peço ajuda, que pelo menos se alguém pudesse nos ajudar pra ter o nosso canto, pra ter o nosso lar, a gente que ter o nosso canto e ficar quieto e agora o que ta querendo retirar de novo a gente, levando pra bem longe e a gente nunca vai ter futuro assim, a gente nunca vai ter um bom lar, plantação, mas o meu sonho é plantar mandioca, feijão, e então a gente vai perdendo, e eu também já to ficando senhora já, e daqui uns tempo, não vou tar aqui, então o que vai ficar de herança para os meus filhos. Eu não tenho nada. Essas são as minhas palavras.

[...]

Com tudo isso que a gente já viveu, já sofreu demais, eu não desisto, eu continuo nessa luta, por mais que seja difícil eu tento ser forte o máximo possível, pra que eu possa continuar, lutando, batalhando. E eu peço ajuda, a vocês, a pessoas que pode nos ajudar. A pessoa que vê a minha história pra que possam nos ajudar e pelo menos entender a nossa história e a gente sabe que aqui existe um cemitério, todo mundo sabe disso, todos os indígenas sabe, então com a certeza disso, eu não desisto, eu acho que ficar aqui, mesmo que eles venha querer nos matar, a gente vai morrer aqui.

Eu to tentando plantar, mandioca, milho, feijão, que quando teve o despejo eu perdi tudo, e eu tento recuperar e muitos indígenas tem a sua própria aldeia, tem o seu próprio lar. E as pessoas querem nos despejar de novo, então eu vou perdendo aquilo que eu planto, aquilo que eu conquistei até agora, e então tudo que eu quero, pra mim agora, é ter um lar, pra que eu possa recomeçar de novo minhas plantações, e eu sei que os meus pais já estão no céu e **tudo que eu quero é ser livre.**

Seis vezes, (foram despejados) muito tempo, muito tempo. Da retomada pra cá a gente já ta um ano aqui e lá no outro a gente tava a quatro anos já. E aqui agora já ta fazendo um ano. (dona Damiana. Entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Nesses vários processos de des-re-territorialização sofridos por essa família extensa, dona Damiana e sua família seguem resistindo, pelo desejo de liberdade, pelo bem viver, numa luta diária para permanecer no local, para sobreviver com pouca comida, às vezes ao som de tiros, que relatam ouvir de vez em quando. Essa é uma das faces ocultas do processo de expansão e intensificação da agricultura capitalista em Mato Grosso do Sul, que está muito longe de ser chamada de moderna.

Considerações finais

Os povos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul vêm sendo expropriados de seus territórios tradicionais no contexto do avanço das frentes de expansão e de intensificação da agricultura capitalista. Violências, conflitos, disputas, expropriações tem acompanhado esse processo, revelando a face perversa desse modelo excludente.

Apika'y, Kurusú Amba, Guaiviry, Passo Piraju, Ñu Verá, Guyrakamby' i, Yvy Katu são nomes de acampamentos de retomadas dos Guaranis e Kaiowás que, quando aparecem na mídia, vem acompanhados de contextos de extrema violência, como o assassinato de Nizio Gomes (2011), liderança do acampamento Guaiviry, localizado no sul de Mato Grosso do Sul, município de Aral Moreira.

A perversidade, os interesses dos proprietários de terra, de usinas de cana de açúcar e a omissão do Estado tem se revelado como principais dimensões presentes nessa disputa territorial, demonstrando os interesses de classe contidos nessa complexa trama de relações socioterritoriais. E o *Apika'y* é a prova viva dessa perversidade, não tão oculta, mas que muitos se recusam a enxergar.

Assim *Apika'y* se insere nessa complexa luta pelo *tekohá*, da luta pelo território tradicional. Nesse contexto de disputa territorial, marcado pela perda do território indígena tradicional, em que Haesbaert (2004, p. 127) denomina de proceso de des-territorialização, e pelo movimento de construção do território, chamado de reterritorialização, é que ocorre o proceso de des-re-territorialização, pois para este autor não existe o proceso de desterritorialização sem acontecer o proceso de reterritorialização. Dessa forma, evidenciamos por meio da pesquisa empírica e documental como esse processo vem

ocorrendo no acampamento *Apika'y* nos últimos quatro anos e como isso tem afetado a vida de uma família extensa Kaiowá na busca do território tradicional – *tekohá*.

Referências Bibliográficas

AGUILERA URQUIZA, A. H.(org) *Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016.

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. Povos indígenas e as Questões da territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. *Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

CRESPE, A.C.L. *Acampamentos indígenas e ocupações – novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados-MS (1990-2009)*. Dissertação (mestrado em História). Dourados-MS: UFGD, 2009.

CRESPE, A.C. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekohá à reserva, do tekoharã ao tekohá. Tese (doutorado em História Indígena). Dourados-MS: UFGD, 2015.

CUNHA, M.C. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BASTOS, T.C.F. *As disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra no município de Dourados-MS: os acampamentos indígenas como perspectiva de resistência e luta pela terra*. Dissertação (mestrado em Geografia). Dourados-MS: UFGD, 2014.

HAESBAERT, R. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, L.R. *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – 2010*. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Junho/2017.

MOTA, J.G.B. *Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekohá*. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia)

PEREIRA, L.M. Mobilidade e procesos de territorialização entre os Kaiowá atuais. In: *História em reflexão*. Revista eletrônica de História. Dourados-MS:UFGD, v. 1, n. 1, jan/jun, 2007.

WINCHESTER H. P. M; ROFE, M.W. Qualitative Research and Its Place in Human Geography. In: HAY, I. *Qualitative Research Methods in Human Geography*. Canada: Oxford University Press, 2010.

Notícias em sites da internet:

DORTA, F. PF e PM cumprem reintegração de posse e retiram índios de área conhecida como Curral de Arame. Dourados News. Dourados, 06/07/2016.

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/pf-e-pm-cumprem-reintegracao-de-posse-e-retiram-indios-de-area-conhecida-como-curral-de-arama>. Acesso: 08/09/2017

LEONEL, J. Indígenas ‘desaldeados’ perdem barracos em incêndio. Dourados Agora. Dourados, 24-08-2013. <http://www.douradosagora.com.br/dourados/indigenas-desaldeados-perdem-barracos-em-incendio>. Acesso: 08/09/2017

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MS quer fechamento de empresa de segurança envolvida na morte de indígenas. In: www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/08/mpf-ms-requer-fechamento-de-empresa-de-seguranca-envolvida-em-morte-de-liderancas-indigenas. 29/08/2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. In: www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2016/06/decisao-livra-dono-da-gaspen-de-paga-r-480-mil-a-vitimas-de-violencia-em-ms. 09/06/2015.

VERAO, F. Incêndio leva 8h para ser controlado e deixa rastro de destruição. Dourados Agora. Dourados. 23/08/2013. <http://www.douradosagora.com.br/dourados/incendio-leva-8h-para-ser-controlado-deixa-rastro-de-destruicao>. Acesso: 08/09/2017